

# A INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA VISÃO DOS PROFESSORES

## *THE INFLUENCE OF FAMILIAR VIOLENCE IN CHILDREN'S DEVELOPMENT IN CHILDHOOD EDUCATION FROM TEACHERS' VIEWS*

Aline Thaís Siegel<sup>1</sup>  
Camila da Cunha Nunes<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente texto acerca da influência da violência familiar no desenvolvimento das crianças na Educação Infantil visa compreender como a violência familiar influencia no desenvolvimento das crianças na Educação Infantil na visão dos professores de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de uma cidade do Médio Vale do Itajaí (SC). Para tal, realizou-se uma pesquisa aplicada de caráter qualitativo e exploratório. Foram entrevistados, por meio de uma entrevista semiestruturada e o recurso da gravação, oito professores selecionados de modo intencional. A análise de dados foi realizada de modo qualitativo e contextual. A partir dos relatos dos entrevistados percebeu-se que a violência, nas suas mais diversas formas de manifestação, impacta diretamente no desenvolvimento da criança. Apesar da violência ser um tema de pesquisa complexo, é preciso que seja estudado, pela baixa quantidade de publicações nesta área e para que os professores e a própria sociedade construam um olhar diferenciado sobre a violência e sua relação com o desenvolvimento da criança.

**Palavras-chave:** Violência familiar. Educação Infantil. Professor. Escola. Família.

**ABSTRACT:** *This text is about the influence of family violence in children's development in early childhood education aims for understanding how the familiar violence influences children's development in childhood education based on the teachers' point of view of a municipal school in the Middle Valley of Itajaí (SC). So that, a qualitative and exploratory applied research was made. Eight intentional selected teachers were interviewed through a semi structured interview with the recording resource. The data analysis was performed in a qualitative and contextual basis. From the reports analyzed, it was possible to realize a significant number of familiar violence cases, and also that this violence, in its many ways of manifestation, impacts directly on the child's development, and might also significantly reflect on learning and school performance.*

**Keywords:** *Family violence. Child education. Teacher. School. Family.*

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Especialização em Educação do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). *E-mail:* alinesiegel@unifebe.edu.br

<sup>2</sup> Professora orientadora. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). *E-mail:* camila.nunes@unifebe.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de família e sua constituição se modificam no decorrer do desenvolvimento histórico e social. Independente do tipo de constituição, o fato primordial é que a família, entendida como “o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos e o espaço indispensável para a garantia do desenvolvimento e proteção integral de crianças, adolescentes e dos demais membros” (LYRA; CONSTANTINO; FERREIRA, 2010, p. 48) é quem propicia ou deveria propiciar a criação de laços afetivos, valores éticos e um ambiente de bem-estar entre as pessoas, sem a presença de violência.

Vivemos num mundo cercado de violência que atinge as pessoas independentemente de cor, classe social, gênero ou credo religioso, algumas com mais intensidade e outras nem tanto. Essa violência que está arraigada na sociedade atual pode envolver diversas faixas etárias, ser praticada individualmente ou em conjunto, manifestada de modos divergentes. É definida pelo Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (2018, n.p.) como: “qualidade ou característica de violento; ato de crueldade; emprego de meios violentos; fúria repentina; coação que leva uma pessoa à sujeição de alguém”.

Portanto, não é entendida apenas como uma violência física, mas diante de sinônimos como fúria, impetuosidade, repelo e a partir de todos os tipos de violência existentes, dentre eles a violência psicológica, a tortura, negligência e o abandono, a própria discriminação, violência sexual, trabalho infantil, entre tantos outros tipos. A violência familiar é uma delas e pode ser caracterizada por abuso físico, sexual e psicológico, trabalho infantil, negligência emocional e física (SILVA, 2012). É um assunto complexo, omitido dentro dos lares por medo ou ameaças, pois geralmente esses maus tratos são cometidos pelos próprios pais.

No Brasil, mesmo que a criança tenha sido constituída como sujeito de direitos (BRASIL, 2012) por muitas vezes na infância é vítima de violências. O conceito de criança e adolescente é evidenciado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (2017, p. 19), no Art. 2º: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. No artigo 3º do ECA (BRASIL, 2017, p. 19) mais uma vez os direitos das crianças e adolescentes são evidenciados:

[...] gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Na etapa da infância, especialmente na que compreende as crianças que frequentam a Pré-Escola<sup>3</sup>, são importantes as brincadeiras, experimentações, movimentos, imitações, interações e a realização de atividades que possam fortalecer o desenvolvimento da criança. É possível afirmar que as violências praticadas contra a criança no seu processo de desenvolvimento podem acarretar em consequências negativas (CIONEK; ROSAS, 2006), inclusive em dificuldades no desempenho escolar. Braum (2002, p. 16) confirma isso ao destacar algumas dessas consequências:

[...] problemas com o sono, problemas de aprendizagem, entre outros fatores são consequência de abusos psicológicos; Fadiga, pouca atenção, problemas de desenvolvimento, hiper ou hipoativo, atitudes de adulto, atrasos a escola dentre outras são sinais de Negligência; Dificuldades para urinar e caminhar, dor ou coceira na genitárias, DSTs, [...] dentre outros são consequências de violência sexual.

Crianças que sofrem algum tipo de violência, portanto, são mais propensas a demonstrar atrasos no seu desenvolvimento cognitivo, por exemplo. Por vezes essa limitação da criança se evidencia na escola, logo na Educação Infantil. É importante que sejam observadas atitudes incomuns das crianças, podem ser pistas de possíveis violências que estejam enfrentando. Essa violência pode estar implícita, dentre tantas coisas, nos desenhos infantis, no processo de imitação, no medo ao ouvir um tom de voz mais alto ou de ir ao banheiro com um adulto. Diante da observação do comportamento da criança e dos diálogos estabelecidos pelo professor podem-se identificar vítimas da violência e o motivo das suas dificuldades.

Desta forma, tem-se o objetivo geral de compreender como a violência familiar influencia no desenvolvimento das crianças na Educação Infantil na visão dos professores de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de uma cidade do Médio Vale do Itajaí (SC).

---

<sup>3</sup> A Pré-Escola na cidade pesquisada é composta por três turmas: Pré I, Pré II e Pré III. As turmas são estruturadas da seguinte forma: Pré I compreende crianças de 3 a 4 anos; o Pré II de 4 a 5 anos; o Pré III são crianças de 5 a 6 anos.

Realizando-se uma busca sobre casos de violência é possível observar dados alarmantes (UNICEF, 2017), mas que por vezes passa despercebido pelas pessoas por acharem esse assunto complexo para ser discutido. Por isso, esta pesquisa possibilita trazer subsídios para que além dos professores da realidade estudada, outros profissionais possam criar uma visão estratégica para a identificação das crianças que sofrem com a violência familiar. É preciso que a violência familiar seja percebida como um fator que dificulta o processo de desenvolvimento da criança.

Geralmente, é difícil que a violência familiar seja identificada como o aspecto que está interferindo na aprendizagem. Isso requer do professor um período de dedicação exclusiva à observação da criança. As crianças que sofrem com alguma violência dificilmente falam o que estão passando em casa por medo ou até mesmo por não compreender o motivo pelo qual os pais ou familiares tenham atitudes violentas (AZEVEDO; GUERRA, 2000). Durante o desenvolvimento de sua infância, sabe-se que a criança utiliza-se das imitações no seu comportamento; que põem em evidência “as qualidades especificamente humanas do cérebro e conduzem a criança a atingir novos níveis de desenvolvimento. A imitação é indispensável para se aprender a falar, assim como para se aprender as matérias escolares” (VYGOTSKY, 2001, p. 103-104). A criança acaba tendo os pais como base para as imitações. Sendo assim, essas imitações podem dar pistas de uma violência familiar.

A pesquisa também pode atentar os professores para que entendam que a violência é um tema sério e pode implicar em resultados negativos na aprendizagem. Se a família não preza pela segurança, dificilmente irá auxiliar a criança nas dificuldades que apresenta na escola. É importante que o professor compreenda como a violência familiar afeta as crianças e auxilie para que seu desenvolvimento ocorra da melhor maneira possível.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA E AS LEGISLAÇÕES**

A violência foi e continua sendo um tema polêmico de ser discutido, principalmente nos dias atuais, em que os meios de comunicação apresentam a violência presente de modo constante. “O viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela

sempre aparece em suas várias faces” (ODÁLIA, 1985, p. 13). Esse assunto se torna ainda mais complexo quando envolve crianças, pela incapacidade que possuem de se defender.

Sabe-se que existem diversas definições sobre o termo violência, bem como diferentes tipos de caracterização. A partir da origem da palavra, “violência” deriva do termo latino, *violentia* e significa força violenta, ou ainda recurso à força para submeter alguém contra a sua vontade (OLIVEIRA; MARTINS, 2007). “Uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça [...] que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (OMS, 2002)”.

“Essa violência, qualquer que seja sua intensidade, está presente nos bairros sofisticados e nas favelas, nos bairros de classe média e nos pardieiros, nos campos de futebol da várzea ou no estádio do Morumbi. Ela se estende do centro à periferia [...]” (ODÁLIA, 1985, p. 09-10). Além de ser tema discutido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), bem como por diversos autores, a violência também é evidenciada na legislação brasileira.

A violência contra crianças e adolescentes na legislação brasileira é enfatizada em alguns documentos. Na Constituição Federal de 1988, no artigo 226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, no parágrafo 8º, ao descrever que “o Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 2012, p. 60). Esse tema é aprofundado e defendido no artigo 227 da Constituição Federal, ao enfatizar que:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2012, p. 60).

O parágrafo 4º deste artigo enfatiza que “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. Importante ressaltar que na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) aparece: “IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência,

especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)”.

O ECA envolve discussões sobre violência em vários artigos. No artigo 5º: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 2017, p. 21). O artigo 18º apresenta que é “dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 2017, p. 26).

Essas legislações buscam assegurar os direitos social, civil e político dos cidadãos brasileiros e, sobretudo, a sua proteção. No entanto, apesar dessas iniciativas, ainda hoje diversos são os tipos de violências que assolam os cidadãos nos mais distintos espaços de convivência.

## 2.2 TIPOS DE VIOLÊNCIA

A violência familiar – que é o foco desta pesquisa – engloba diferentes tipos de abuso. Para definir os principais tipos de violência nos fundamentaremos em Faleiros e Faleiros (2008) que salientam a classificação mais usual das formas de violência: física, psicológica e social, negligência e o abandono.

A violência física, além de ser uma violação dos direitos humanos da criança e do adolescente, por autores como Ferrari e Vecina (2002) e Faleiros e Faleiros (2008) é definida como relação social de poder, que acaba muitas vezes deixando marcas no corpo, “machucando-o, causando-lhe lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, traumatismos, hemorragias, escoriações, lacerações, arranhões, mordidas, [...] até a morte” (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 35). Tem relação com o medo, sofrimento, a submissão e o silêncio e apresenta-se em diferentes graus de severidade. Existem diferentes formas de violência física, a saber:

a disciplina física abusiva com fins corretivos (tapas, surras e agressões com qualquer tipo de objeto), torturas, privações físicas deliberadas (de comer e de beber), restrições de movimentos (confinamento), privação ou transferência de abrigo (expulsão do lar, colocação em outra residência, internação), trabalho forçado e inadequado à idade e desenvolvimento do vitimizado [...] (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 35).

A violência psicológica também é tratada como uma relação de poder, “exercida através de atitudes de mando arbitrário, de agressões verbais, chantagens, regras excessivas, ameaças, humilhações, desvalorização [...]” (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 36). Os autores diferenciam a violência psicológica da física, descrevendo que não deixa marcas imediatamente visíveis no corpo, mas:

[...] destrói a auto-imagem do violentado e se manifesta no comportamento da criança ou do adolescente. Essa violência provoca traumas psicológicos que afetam o psiquismo, as atitudes e emoções, traduzindo-se até mesmo na incapacidade da criança em interagir socialmente dentro das condições consideradas próprias de sua idade, podendo tornar-se passiva ou agressiva (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 35).

A violência sexual possui diferentes formas de acontecer. Faleiros e Faleiros (2008, p. 38) definem que esse tipo de violência caracteriza-se como: “uma violação de direitos, humanos universais e dos direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento [...]. A violência sexual no âmbito familiar é uma violação ao direito à sexualidade segura e à convivência familiar protetora”. A negligência e o abandono, entre outras coisas, são:

[...] um tipo de relação entre adultos e crianças ou adolescentes baseada na omissão, na rejeição, no descaso, na indiferença, no descompromisso, no desinteresse, na negação da existência. [...] É a falta de proteção e de cuidado da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. É o desrespeito às suas necessidades e à sua etapa particular de desenvolvimento. Crianças e adolescentes negligenciados vivem, pois, situações de abandono, de privação e de exposição a riscos (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 34).

Além das formas de violência já citadas, o UNICEF (2004) ainda cita outros tipos de violência, como, por exemplo, a tortura, a discriminação, o trabalho infantil e o tráfico de crianças e adolescentes. Essas formas de violência operacionalizam-se por meio de ações realizadas por outrem em relação às crianças e/ou adolescentes.

### 2.3 A VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUA INTERFERÊNCIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A violência familiar contra crianças ou adolescentes é um tema recorrente. Odália (1985, p. 09) já descrevia que “a violência, no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um

ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem”. O Brasil, desde sua fundação, teve uma história tramada pelo fio da violência (HARTMANN; ROSA 2005). As crianças que sofrem violência, bem como a família que presencia os abusos “podem apresentar graves problemas emocionais, comportamentais e cognitivos, o que pode prejudicar sobremaneira a sua capacidade de socializar-se, de aprender e desenvolver relacionamentos positivos” (SILVA, 2012, p. 97). Os dados são alarmantes:

três entre dez crianças de zero e doze anos sofrem, diariamente, algum tipo de maus-tratos dentro da própria casa, perpetrados por pais, padrastos ou parentes. Violência que muitas vezes não é identificada nem por quem está próximo, tampouco pelos profissionais (médicos, professores etc.) que têm contato com a criança (FERRARI; VECINA, 2002, p. 73).

Essa violência familiar deixa marcas nas vítimas. Nem sempre são marcas perceptíveis, mas transparecem alguns sinais de alerta: “medo e choro excessivos; [...] Comportamento agressivo, destrutivo, ou passivo, submisso; Problemas de relacionamento com colegas; [...] Mau desempenho escolar e dificuldades de aprendizagem não atribuída a problemas físicos” (AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 5). As pistas podem auxiliar a escola a identificar as crianças que sofrem com algum tipo de violência e se isso tem influência negativa no processo de desenvolvimento da criança.

Ferrari e Vecina (2002) oferecem subsídios para interpretar que as crianças que sofrem com violência familiar são mais propensas a demonstrarem interferências negativas no processo de desenvolvimento, quando enfatizam que

são crianças sem voz e sem vez, aprisionadas em uma relação assimétrica de poder, em que só lhes restam a submissão à vontade do outro e a renúncia do próprio desejo. Vivem um drama que afeta seu desenvolvimento tanto físico como emocional, o que pode gerar indivíduos com graves dificuldades de vinculação. Além disso, como consequência surgem sequelas imediatas ou tardias, físicas e emocionais, traduzidas em sintomas como dificuldades escolares, de relacionamento social, [...] (FERRARI; VECINA, 2002, p. 73-74).

Compreendendo que a violência é um problema social, é importante e necessária uma reflexão sobre esse tema (SILVA, 2012). O papel da escola e dos professores na identificação e auxílio com as crianças vítimas de violência familiar tem a possibilidade de transformar a vida da família, e principalmente da criança.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos propostos realizou-se uma pesquisa aplicada de caráter qualitativo e exploratório. Conforme Gil (2008, p. 27) “a pesquisa aplicada possui muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento”. A pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares. [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p. 21). E, a exploratória tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2008, p. 27).

A partir de uma entrevista semiestruturada que foi gravada, entrevistaram-se oito professores, selecionados intencionalmente, formados em Pedagogia e atuantes no segmento da Pré-Escola em três escolas da Rede Municipal de Ensino de uma cidade do Médio Vale do Itajaí. As três instituições possuem turmas de Pré I, Pré II e Pré III, tem entre 70 e 130 crianças matriculadas na etapa da Educação Infantil que compreende a Pré-Escola. Não apresenta-se a quantidade exata de estudantes regularmente matriculados para manter o anonimato. O processo de seleção adotado foi intencional, devido à intencionalidade da escolha das escolas e professores.

Para a realização das entrevistas de modo individual, apresentou-se e se esclareceu ao participante como seria realizada a pesquisa e solicitou-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assim como se buscou aproximação ao entrevistado. Após a assinatura, deu-se início a entrevista que foi gravada, com o intuito de deixar “[...] o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado” (ANDRÉ; LÜDKE, 2013, p. 43). Além disso, nos auxiliou posteriormente na transcrição das falas dos entrevistados.

Para a análise de dados desenvolveu-se uma análise qualitativa e contextual. A análise de dados qualitativa “não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (MINAYO, 2009, p. 79). Juntamente com a análise qualitativa utilizou-se da análise contextual, cujo foco é analisar o objeto estudado a partir do contexto considerando o que os participantes mostraram

no processo de coleta dos dados, ou seja, o conhecimento prévio do pesquisador é colocado em suspensão para que não venha a interferir nos resultados.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, com o Parecer de nº 2.785.854 e CAAE nº 89752218.7.0000.5636.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Para análise dos resultados os participantes da pesquisa receberam o nome de “entrevistado” e numeração: entrevistado 1 até entrevistado 8. Os participantes tiveram liberdade de manifestar a opinião sem interferência externa, recebendo atenção e acompanhamento necessário. Foram transcritas as falas dos professores, depois criaram-se categorias de análise, as quais foram retiradas das falas e apresentaram pontos semelhantes e divergentes entre si, assemelhando-se ao que Bogdan e Biklen (1994, p. 221) descrevem como categorias de codificação: “à medida que vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem os acontecimentos”.

Dando início à análise, questionou-se aos entrevistados o que entendiam como violência. Por ser a primeira pergunta da entrevista, ficou perceptível que estavam ansiosos e nervosos para responder. Essa apreensão, Bogdan e Biklen (1994) destacam que pode ser considerada normal, por isso é importante que o entrevistador pratique ações para deixar o participante seguro.

A categoria (i) violência percebida pela escola evidenciou-se no sentido de ao tentar conceituar a palavra, seis entrevistados adiantaram-se ao referirem-se à violência relacionando-a a educação e à sua área de atuação pedagógica, vejamos em uma das falas: “trazendo ali pro lado da Educação Infantil, quando a criança não é vista, quando a criança não é ouvida, quando a criança simplesmente existe...” (ENTREVISTADO 2). Se a criança “simplesmente existe” na casa dela, é importante que a escola torne essa criança “visível”. É justificável que se tenha dificuldade para lidar com essa situação, porém é preciso buscar orientações.

É comum que ao tratar do assunto violência se estabeleça uma relação com o lado físico ou agressões físicas. Isso aconteceu também nos relatos, quando deixou-se em evidência a violência física como a principal manifestação violenta: “violência física... machucar o corpo... né...?!” (ENTREVISTADO 4). A violência física é a representação sólida da utilização de uma força física que é excessiva e

inapropriada (FERRARI; VECINA, 2002). Ao discorrerem sobre o(s) tipo(s) de violência(s) que conheciam ou já ouviram falar, os professores acrescentaram informações às respostas que mencionaram anteriormente, que foram transformadas em categorias para análise, a saber: (i) física, (ii) verbal, (iii) psicológica ou emocional, (iv) sexual, (v) negligência.

A (i) violência física foi sempre a primeira opção de resposta, relacionada por vezes às agressões físicas. Odália (1985) já tratava a agressão física como o mais óbvio dos atos violentos. A (ii) violência verbal transpareceu em algumas respostas. Um entrevistado inclusive afirmou que já havia presenciado a violência verbal. Os termos psicológica e emocional foram utilizados com o mesmo sentido. O entrevistado 3 disse que independente do tipo de violência, ela sempre vai acarretar em algo no psicológico dessa criança: “ela está sofrendo com alguma coisa, então ela pode se privar de relações, pode se fechar para alguma atividade ou coisas que podem ter várias consequências na vida dela não só agora, mas a longo prazo”.

A (iv) violência sexual foi citada em duas entrevistas. Ela pode acontecer “através do contato físico, ou seja, por meio de carícias não desejadas [...] sem o contato físico, por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada” (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 39). Outros exemplos citados foram a violência contra a mulher e a homofobia, enfatizando que “são as mais presentes hoje em dia no nosso cotidiano, as que a gente escuta mais falar” (ENTREVISTADO 8).

A (v) negligência foi evidenciada afirmando-se que muitos pais não acompanham o desempenho escolar do filho “nem assinam os bilhetes do caderno!” (ENTREVISTADO 7). Uma resposta foi inteiramente desse assunto ao ressaltar: “tem muitos pais negligentes. A gente percebe isso bastante na escola. No caso da Educação Infantil, dos meus alunos, eu acho que a negligência é aquilo que eles mais estão expostos” (ENTREVISTADO 6).

Quando questionados se acham que uma criança em idade pré-escolar esteja exposta a alguma violência, por unanimidade, todos concordaram com a asserção, o Entrevistado 4 afirmou: “com certeza [...] com a violência sendo uma coisa tão rotineira eu acho que ela (a criança) está muito exposta”.

Paradoxalmente, a violência é praticada, de formas variadas em qualquer sociedade. A história da humanidade é escrita em nossos livros com uma ênfase nos grandes atos violentos praticados através dos tempos. A história

particular de cada um também pode ser marcada pelos atos violentos sofridos (HARTMANN; ROSA, 2005, p. 45)

Os tipos de violência mencionados foram exclusivamente aqueles já definidos anteriormente. O entrevistado 3 acrescentou que por vezes, uma única violência pode acarretar em outros tipos de violência: “a física, a verbal [...] porque acaba sendo uma consequência das outras ou vice-versa”. Faleiros e Faleiros (2008) confirmam que as diferentes formas de violência são cumulativas.

A partir desse momento, observou-se que os entrevistados encontravam-se mais tranquilos ao responder. Sobre se acreditam que uma criança que sofra algum tipo de violência familiar possa ter dificuldades no seu desenvolvimento e desempenho escolar, novamente todos concordaram. É sabido que as consequências da violência na infância são variadas e dependem, dentre outras coisas, da idade da pessoa agredida, do tipo de relação com o agressor, da personalidade da vítima, frequência da agressão, tipo e da gravidade do ato (FERRARI; VECINA, 2002). Habigzang e Williams (2014, p. 39) complementam que, mesmo que a criança não tenha sinais físicos do abuso, “isto não quer dizer que ela não sofra ou não venha a sofrer com os efeitos dessa experiência”.

O entrevistado 4 disse que “afeta muito assim, e principalmente no desenvolvimento, porque nessa faixa etária eles estão aprendendo a se relacionar, a conviver, então eu acho que nessas questões sofre bastante influência”. Ferrari e Vecina (2002) destacaram as consequências da violência, a curto prazo: “problemas físicos, problemas no desenvolvimento das relações de apego e afeto; alterações no desenvolvimento cognitivo, na linguagem e no rendimento escolar” (p. 85) e, a longo prazo: “sequelas físicas; pais abusadores mais tarde; conduta delinquencial e comportamentos suicidas na adolescência que geram mais problemas emocionais [...]; conduta criminal violenta mais tarde” (p. 85).

A partir das falas foram categorizados (i) socialização, (ii) representação da violência e (iii) vivências. A (i) socialização apareceu relacionada à interação da criança com o grupo, algo na socialização que a tornava “diferente” do grande grupo. “Uma prática violenta necessariamente manifesta uma diferença” (HARTMANN; ROSA, 2005, p. 45). Um dos professores associou a (ii) representação da violência à imitação: “se ela sofrer agressões em casa vai ser uma criança que vai agredir na escola, se ela tem uma coisa emocional/psicológica, vai estar sempre retraída, insegura, tudo influencia no convívio com as demais” (ENTREVISTADO 5). Barboza

e Volpini (2015, p. 7) apontam que as representações podem “expressar aspectos difíceis do contexto vivido por algumas crianças e além de expressarem o universo imaginário podem trazer elementos da realidade, buscando através do faz-de-conta, representar a busca de soluções para problemas e desafios”.

Sobre as (iii) vivências, mencionou-se que “o desenvolvimento e o desempenho escolar da criança são relacionados com as vivências, principalmente no âmbito familiar, porque é ali que ela passa boa parte do tempo” (ENTREVISTADO 5). Ferrari e Vecina (2002, p. 28) apontam que a “criança necessita de uma figura afetiva estável para ir, por intermédio dela, construindo sua identidade. Seu processo de identificação será conturbado se esse ambiente, esse contexto que a recebe não for continente e protetor”. Acredita-se que uma criança cujas vivências sejam baseadas unicamente na violência, dificilmente apresentará bons resultados. Conseqüentemente, reproduzirá essa violência, seja por meio de gestos, atitudes ou palavras.

Ao serem questionados se enquanto professores da Educação infantil identificaram crianças que sofriam violências; evidenciou-se que o (i) papel do professor, como observador e comprometido com o processo de ensino e aprendizagem possui fundamental importância na identificação de crianças que sofreram violência familiar. Reitera-se aqui que quando ocorre um caso de violência, a escola e o professor devem buscar soluções para isso. Conforme apresentam Lyra, Constantino e Ferreira (2010, p. 152) a violência familiar é “um problema que traz dificuldades ao cotidiano escolar, uma vez que a escola não está imune a seus reflexos e a suas conseqüências”.

Apenas o Entrevistado 7 relatou que nunca identificou um caso. Porém, contribuiu afirmando que um colega de trabalho passou por uma situação em que o aluno sofria diversas agressões físicas. Outro professor revelou que uma menina pudesse estar sendo violentada. No entanto, deixou claro que era apenas uma desconfiança, mas que estava investigando com a ajuda de outros professores para planejar as próximas ações, de onde surgiu o termo (ii) investigação.

Talvez seja pouco provável que a criança relate o que vem sofrendo em casa. Quando conversamos com as famílias sobre o assunto, várias podem ser as reações. Muitas omitem ou mentem sobre as formas como tratam os filhos; outras justificam os maus-tratos e abusos em nome da educação. Os estudantes, caso sejam reconhecidos pelos professores como vítimas de violência, devem ser instados a relatar o que vivenciam. A partir daí, cabe à

escola propiciar um ambiente protetor com escuta acolhedora e compreensiva (LYRA; CONSTANTINO; FERREIRA, 2010, p. 153).

A escola jamais pode se omitir diante de suspeitas de violência. O papel da escola evidencia-se no Art. 13º do ECA, ao descrever que casos de suspeita ou confirmação “de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 2017, p. 22). Por isso, o processo de investigação deve acontecer.

As demais indagações somente seriam respondidas caso a resposta da questão anterior tenha sido positiva. Diante disso, a análise prosseguiu com contribuições de sete entrevistados. Em relação às atitudes e aos comportamentos da criança, questionou-se o que causava desconfianças, se existia alguma marca física ou se a criança comentava/representava essa violência. Essa pergunta foi a que obteve as respostas mais longas. Os entrevistados 1, 5 e 8 trouxeram a insegurança e o isolamento como principais motivos de desconfiança: “[...] não brinca com outras crianças, é mais quieta, mais parada no seu canto, diz que não tem fome” (ENTREVISTADO 5). Idealizou-se a categoria (i) insegurança, que por vezes é associada à violência psicológica e “provoca traumas psicológicos que afetam o psiquismo, as atitudes e as emoções, traduzindo-se até mesmo na incapacidade da criança em interagir socialmente dentro das condições consideradas próprias de sua idade” (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 36).

Outra resposta surgiu da vivência do entrevistado: “agora eu vou falar o que eu vivi né! Ficou bem nítido que a criança sofria violência tanto verbal, psicológica, tanto física. Ficou nítido nas fases de desenvolvimento dele” (ENTREVISTADO 4). Nesta fala identifica-se a concordância do entrevistado com o tema da pesquisa, evidenciando (ii) fases de desenvolvimento. Desde que nasce a criança necessita do ambiente à sua volta para sua sobrevivência. Todas as interações que realizará serão cruciais para a formação e construção da sua identidade (FERRARI; VECINA, 2002). “Ele tinha medo, não pedia ajuda para limpar porque sabia que estava marcado [...] quando eu ia embora ele ia correndo chorando no portão atrás de mim [...] Falava que a mãe batia, mas não representava a violência, não ficou violento, ficou medroso” (ENTREVISTADO 4).

A (iii) roda de conversa surgiu como categoria a partir da fala do entrevistado 3: “geralmente nos momentos de roda de conversa é que mais a criança expressa o

que está sentindo. Nesse momento que eu percebi que a criança sofria violência”. “Pode-se organizar rodas de conversa nas quais alguns assuntos sejam discutidos intencionalmente [...] Pode-se, também, conversar sobre assuntos diversos, como [...] um acontecimento recente com uma das crianças etc.” (BRASIL, 1998, p. 138).

Um dos entrevistados respondeu que a criança representava toda a violência familiar que sofria: “era extremamente agressivo na escola, batia em mim, nos outros professores, derrubava carteiras, isso com quatro anos. Se jogava embaixo da mesa, não respeitava ninguém [...] quando ele ia pra cima de uma criança eu não dava conta de tirar ele” (ENTREVISTADO 2). O mesmo ainda descreveu uma situação interessante em relação às atividades realizadas em folha: “pintava de preto, ou uma cor muito forte. Ele sabia desenhar muito bem. Mas assim, pedia pra fazer a mãe, que era a que mais batia nele, ele não desenhava ou fazia algo que tu não reconhecia. Desenhava o pai pescando com ele, mas a mãe nada”.

No que diz respeito ao processo de investigação, os entrevistados afirmaram que chamaram a família para conversar; com exceção de um, que disse não conseguir conversar porque nunca via a mãe. A categoria (i) família foi evidenciada. Um entrevistado citou a importância da relação entre (ii) família e escola. Lyra, Constantino e Ferreira (2010, p. 153) concordam que “escolas que incentivam a participação dos pais e possuem canais de diálogo com eles conseguem de maneira mais exitosa ajudar famílias que usam a violência como forma de solução de conflitos”; ressaltando a importância do diálogo.

Na realização dos procedimentos ao ter indícios que a criança sofria violência familiar, todos foram unânimes ao declararem que buscaram auxílio, geralmente seguindo uma ordem de primeiro alguém da família e depois o pedido de ajuda para a gestão da escola. Um entrevistado completou dizendo que comunicou a Secretaria de Educação e que sozinho ficava difícil levar uma situação desse tipo adiante: “a gente enquanto profissional tem medo, porque assim, quem vai responder no futuro é a gente né! Por isso toda vez que aconteceu uma coisa assim eu chamei e conversei com a (i) direção, pra eles estarem cientes” (ENTREVISTADO 2).

Um dos entrevistados relatou que pediu ajuda para um (ii) psicólogo da Secretaria de Educação, para dar orientações acerca do que poderia ser feito. O entrevistado 6 citou que a (iii) agente de saúde do bairro foi acionada na situação: “ela passou na casa da criança e cortou o cabelo, ainda assim não adiantou muito,

porque a criança teve bicheira e a mãe teve que levar pro médico pra tirar os bichos. A criança voltou para a escola com mal cheiro da ferida que ficou”.

Os entrevistados 3 e 6 foram além da conversa com direção e secretaria, citaram que o (iv) Conselho Tutelar foi acionado: “Teve caso que eu e a diretora fomos pra delegacia abrir um B.O. Teve até advogado envolvido” (ENTREVISTADO 3). Um narrou com detalhes as providências tomadas: “foi chamada mãe, padrasto, família. Depois ficou muito evidente e foi chamado o Conselho Tutelar, que fazia visita na casa, na família, nos vizinhos. Mas não parava; vinha aqui, batia foto, mas ainda não parava de acontecer” (ENTREVISTADO 4). O mesmo ainda declarou que por duas vezes acompanhou a criança em horário de aula pra fazer corpo de delito, fez boletim de ocorrência e que chegou ao extremo e a criança foi tirada da família. Importante ressaltar que é dever da escola encaminhar a suspeita ao Conselho Tutelar, mesmo que não tenha nenhuma prova concreta.

É preciso que a equipe escolar tenha consciência de que sempre poderá ajudar diante da suspeita ou de caso confirmado de maus-tratos contra uma criança ou um adolescente. No entanto, os profissionais envolvidos precisam estar seguros antes de tomar qualquer atitude (LYRA; CONSTANTINO; FERREIRA, 2010, p. 166).

Perguntou-se sobre o desenvolvimento da criança comparado com outra da mesma idade. O (i) comportamento da criança ficou em evidência. Os professores precisam estar atentos aos comportamentos das crianças, pois a violência que é vivenciada por elas “atravessa as relações pedagógicas e reflete significativamente no ambiente escolar, através de comportamentos, atitudes e omissões que de forma direta ou indireta podem estar indicando a presença de violência familiar” (LYRA; CONSTANTINO; PEREIRA, 2010, p. 156). O entrevistado 4 relatou que “no começo era normal, depois acabou mudando até fisicamente, perdendo cabelo, ficou bem nítido assim... até a cor dele mudou”. O entrevistado 3 citou a dispersão nas brincadeiras, a falta de interesse e a imitação como diferenciais. Os entrevistados 1 e 2 falaram da criança sempre querer brincar sozinha, com o mesmo brinquedo, sem deixar ninguém se aproximar e sobre a agressividade excessiva.

Questionou-se aos entrevistados alguns aspectos relacionados à criança. O que se pode destacar neste sentido, é principalmente a falta ou pouca comunicação da criança: “ele falava muito pouco, muito pouco” (ENTREVISTADO 1). A (i) linguagem - primeira categoria e relacionada à fala da criança - é “uma função

simbólica especificamente humana. Corresponde à formação de conhecimentos e à atividade cognitiva, que constitui um instrumento de comunicação e de elaboração do pensamento” (HABIGZANG; WILLIAMS, 2014, p. 41-42). A insegurança, já citada em outros questionamentos, também apareceu nas respostas. A imitação das agressões: “ele imitava mesmo as agressões que sofria” (ENTREVISTADO 2). Em relação aos comportamentos, 4 citaram que eram crianças tranquilas, não definindo-as como carinhosas, mas crianças calmas, que tinham por vezes dificuldades em demonstrar os sentimentos; 3 afirmaram que as crianças eram agressivas.

A dispersão nos momentos de brincadeiras foi citada também, além de oscilações no comportamento: “tem momentos que as crianças ficam bem agitadas, outras horas elas acalmam, como se desligasse da tomada” (ENTREVISTADO 3). “A (ii) coordenação motora (segunda categoria) é boa, consegue fazer, mas depende do dia, às vezes se nega e não quer saber de fazer; não demonstra os sentimentos, é uma criança bem fechada” (ENTREVISTADO 5). Em relação às funções motoras, Habigzang e Williams (2014, p. 41) apontam que “quando observa-se uma atividade motora sendo executada, pode-se levantar informações que auxiliarão na organização e na execução de comportamentos motores e sociais futuros”. Sobre as (iii) brincadeiras com a turma, foi evidenciado o isolamento da criança que sofria com violência, e o esquecimento em sala. Um entrevistado ainda contribuiu afirmando que percebia uma mágoa muito grande da criança em relação à sua mãe.

Diante das informações obtidas, foi solicitado aos entrevistados relatar o que sentiram enquanto professores ao passar por esse tipo de experiência. Para o entrevistado 6: “Essa criança me marcou muito. Às vezes eu olho para a mãe e penso em como que ela não tomou uma atitude antes [...]”. Já entrevistado 5 expressou: “triste. Porque a gente sabe que isso tem um reflexo durante toda a vida dessa criança, triste pra gente e muito mais pra criança”. Em entrevistado 3 ocasionou incomodo: “geralmente quando essa situação acontece eu não consigo em casa ter muita paz, ou eu fico pensando, preocupado, às vezes de noite eu não durmo, eu não consigo me desligar, ainda mais com esses fatos”. Em entrevistado 8 desperta preocupação: “porque a criança tá queimando uma fase, não tá aproveitando a fase do encantamento, da curiosidade. Agora ela participa mais, mas e futuramente? Minha preocupação é o futuro da criança”. Percebeu-se nos relatos dos Entrevistados 1, 2 e 4 que essas situações afetam também o professor, vejamos isto expresso nas falas:

Eu estava acostumada a lidar com os bebês, [...] fiquei bem apreensiva, um pouco insegura de saber como lidar com essa situação na sala. A partir da conversa que tive com direção e psicóloga que comecei a me sentir mais segura pra ajudar a criança na sala (Entrevistado 1).

Ai, eu me senti um nada, a gente fica de mãos atadas, quer fazer as coisas, mas não consegue. As vezes quando a criança estava calma eu conseguia chegar perto pra tentar conversar, mas carinho assim, não conseguias dar um carinho nele, ele não deixava. Eu me sentia assim impotente, a vontade era de pegar, dá um colo, levar pra casa, dar o carinho que ele não teve. Assim, era muito doloroso e triste (Entrevistado 2).

foi a situação mais horrível que eu passei. Eu ia pra casa ruim, com ânsia de vômito. Quando eu ia pra casa da escola, tentava sair do portão ele saía correndo atrás de mim, chorava que tinha medo de ir pra casa. Eu sempre tinha que chamar a faxineira pra segurar a criança, uma loucura, um desgaste emocional enorme. Eu tinha que fugir dela, tinha medo também né, de me envolver, de não saber muito o que eu podia fazer, mas de saber que precisava ajudar. Foi horrível (Entrevistado 4).

As respostas foram variadas, porém em todas ficou perceptível a carga emocional que o professor carregava diante da experiência que tiveram sobre o tema da violência. A partir dos relatos dos entrevistados percebe-se que a violência, nas suas mais diversas formas de manifestação, impacta diretamente no desenvolvimento da criança e, também, no contexto escolar e em seus envolvidos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento dessa pesquisa permitiu compreender que a violência familiar, que pode ser manifestada de diferentes maneiras, possui influência direta no desenvolvimento de uma criança em idade pré-escolar. Identificou-se um número expressivo de casos de violência familiar, por intermédio das contribuições de certo modo emocionantes e da confirmação dos professores de terem identificado casos de violência familiar, confirmando que a violência pode refletir significativamente na aprendizagem, no desempenho escolar e no próprio desenvolvimento da criança na fase da Educação Infantil. A maioria descreveu sua concepção de violência, compreendendo as diversas formas de manifestação violenta. Também, verificaram-se os indícios que poderiam caracterizar a criança que possivelmente fosse vítima de violência familiar.

É sabido que pesquisar sobre violência é complexo e requer vários cuidados. No entanto, necessita-se que seja discutida, para que os professores e a própria sociedade construam um olhar diferenciado sobre a violência e sua relação com o desenvolvimento da criança. Diante disso, propõem-se para futuras pesquisas: estudar sobre a presença da violência em diferentes âmbitos; verificar seu efeito em diferentes faixas etárias, em diferentes países; e, as concepções do termo.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A.; LÜDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Os novos pequenos mártires**: infância e violência doméstica. São Paulo: Laboratório de estudos da criança/USP, 2000.

BARBOZA, L.; VOLPINI, M. N. O faz de conta: simbólico, representativo ou imaginário. **Cadernos de Educação**: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1): 1-12, 2015.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teoria e aos métodos. Porto: Porto Ed., 1994.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Cedeca, 2017. 258 p.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996. Versão atualizada em 2018.

BRASIL., **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: 1998.

BRAUM, S. **A violência sexual infantil na família**: Do silêncio a revelação do segredo. Porto Alegre: AGE Ltda, 2002.

CIONEK, M. I. G. D.; ROSAS, F. K. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Revista Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, 2008.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Orgs.). **O fim do silêncio na violência familiar**: Teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HABIGZANG, L. F.; WILLIAMS, L. C. A. (Org.). **Crianças e adolescentes vítimas de violência**: prevenção, avaliação e intervenção. Curitiba: Juruá, 2014.

HARTMANN, F.; ROSA, N. C. D. F. (Orgs.). **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 2005.

LYRA, G. F. D.; CONSTANTINO, P.; FERREIRA, A. L. Quando a violência familiar chega até a escola. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. Editora FIOCRUZ, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ODÁLIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense; Nova Cultural, 1985.

Organização Mundial de Saúde (OMS). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.

OLIVEIRA, É. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 90-98, 2007.

SILVA, C. G. S. A violência doméstica e sua influência na aprendizagem: um estudo exploratório no centro de integração familiar (CEIFAR). **Tarrafa: Revista do NUPE (Núcleo de Pesquisa e Extensão)**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 96-106, 2012.

UNICEF. **A cada 7 minutos, uma criança ou um adolescente morre vítima da violência**. *A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents* (Um Rosto Familiar: A violência na vida de crianças e adolescentes). 2017. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_37371.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_37371.html)>. Acesso em: 24 fev. 2018.

UNICEF. **Famílias**: parceiras ou usuárias eventuais? Análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Brasília, 2004. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/livro\\_familiaviol.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/livro_familiaviol.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2018

VIOLÊNCIA. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/viol%C3%Aancia/>>. Acesso em 04 jun. 2018.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem** (1896-1934). Editado por: Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/vigo.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.